

CONFERÊNCIA BRASILEIRA  
DE MUDANÇA DO CLIMA

# POR UMA GOVERNANÇA CLIMÁTICA INCLUSIVA, JUSTA E COMPARTILHADA

Recomendações da CBMC para o Plano Clima

**A** Conferência Brasileira de Mudança do Clima (CBMC) se consolida, em sua quinta edição, como um movimento expressivo da mobilização da sociedade brasileira frente à crise climática, ecológica e social. Promovida pela sociedade civil, em parceria com atores governamentais, academia e setor privado, a CBMC acumula marcos em sua trajetória.

Fundada em 2019, em resposta a desestruturação das salvaguardas socioambientais, expressa pelo cancelamento da realização da 25ª Conferência das Partes no Brasil e desarticulação do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), passou a pautar uma concertação subnacional. O estabelecimento e fortalecimento de uma nova governança climática se tornou expoente neste período, como tentativa de ampliar a articulação multissetorial, e, assim, promover demonstração da firme posição brasileira em torno do Acordo de Paris.

A ampliação da participação social na construção e tomada de decisão se configura como uma opção metodológica de tentativa de compartilhamento da responsabilidade no enfrentamento à crise climática. A escalada dos eventos climáticos extremos, o tensionamento dos limites ecológicos e os impactos adversos mais intensos e progressivos nas diferentes populações indicam a necessidade de priorização da agenda. Percebe-se com a acentuação do tom da comunicação e nos slogans das últimas três Conferências das Partes (COPs), por exemplo. Em 2019, a mensagem chave orbitava a “chamada para ação”, enquanto em 2021 passou-se para “ação já” e em 2022 “juntos pela implementação”, em uma clara afirmativa da importância da ampliação do escopo de atores para o endereçamento efetivo da crise climática.

Em âmbito da negociação internacional do Acordo de Paris, o chamado Global Stocktake,

ou em português, o Balanço Global, formaliza a tentativa das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) de ampliar institucionalmente o grupo de atores envolvidos no processo de monitoramento, relato e verificação de compromissos climáticos. Desde a sua adoção, o Acordo de Paris impulsionou ações quase universais, estabelecendo metas e enviando sinais ao mundo sobre a urgência de responder à crise climática. No entanto, para fortalecer a resposta global, ações críveis, responsáveis e transparentes dos interessados Não-Partes (NPS, na sigla em inglês) são necessárias. Aqui, estamos falando de agências especializadas, bancos de fomento, empresas, fundos de investimento, governos subnacionais, organizações da sociedade civil e demais organismos internacionais.

A ampliação do escopo de atores envolvidos não para por aí. O ano de 2023 marca a retomada da ação climática a nível federal e, com isso, absorve esta metodologia do compartilhamento das diferentes responsabilidades entre os diversos atores. O restabelecimento do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), soma esforços neste caminho. Compõem o CIM dezoito ministérios e entidades representativas da sociedade civil e academia. O Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), também retoma suas atividades com uma governança integrada entre regiões, biomas e União. São diversos os exemplos de tentativas de articulação multissetorial e um redesenho de uma governança que seja inclusiva, diversa e legítima em suas reivindicações territoriais e, consequentemente, nacionais e internacionais.

Neste cenário diverso e promissor, a CBMC apresenta um acúmulo de conhecimento e repertório na discussão sobre compartilhamento e cascateamento local de compromissos assumidos a nível internacional, bem como a informação sobre a construção de um arcabouço

técnico e regulatório que considere as necessidades e especificidades regionais e territoriais. A CBMC nestes cinco anos foi palco de diversos momentos relevantes, dentre eles, enfatizamos o lançamento da [Declaração do Recife](#) (2019), da [Carta](#) dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente pelo Clima da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA (2019) e o [Decreto](#) de Emergência Climática pela cidade do Recife (2019).

Em 2020 e 2021 a CBMC enfrentou o desafio da pandemia com atividades 100% remotas e com foco temático nas alianças entre clima, sociedade e biodiversidade; em 2022 retomou os encontros presenciais com foco nas experiências e vivências territoriais, lançando as “Diretrizes para a Ação e Ambição Climática” que propõe quinze medidas emergenciais direcionadas aos candidatos e candidatas elegíveis para governos subnacionais, deputados(as) e governadores(as) para garantia da perenidade e transversalidade da agenda climática<sup>1</sup>.

Assim chegamos em 2023, com a oportunidade de apoiar e participar ativamente da construção de novas políticas públicas, da revisão das metas brasileiras de descarbonização e pautar a intrínseca associação entre a agenda de clima, biodiversidade e justiça social. A retomada da ação climática trouxe consigo o retorno do protagonismo brasileiro ao cenário internacional. Vislumbramos a realização da COP30 em 2025 em Belém-PA e, com isso, percebemos a oportunidade de fazer avançar boas práticas climáticas, sociais e ambientais em termos de uma governança multissetorial, multinível e multivocal.

Entendemos que o desafio apresentado pela mudança do clima impõe a necessidade de compartilhamento dos compromissos e responsabilidades. A proposta de revisão das atuais Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) para um novo, e compósito, Plano Clima, se torna um marco essencial para a retomada da ação climática brasileira.

O Plano Clima, portanto, passa a ser um instrumento fundamental para consensuar e coordenar as políticas públicas voltadas para o clima. Compreendemos o novo Plano Clima como uma ação nacional, não apenas federal, que demonstra a necessidade de engajamento dos diferentes atores sociais em seu processo de construção e em espaços formais de participação social, tais como o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) e o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM). Porém, para garantir sua efetivação, o Plano deverá apresentar uma aliança sólida entre os demais entes federados, entre os diferentes setores sociais e econômicos e deve garantir a pluralidade de vozes e de atores, considerando grupos tradicionalmente marginalizados, e trazendo o protagonismo de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades locais e minorias étnicas.

Neste sentido, o produto aqui proposto pelo conjunto de organizações correalizadoras da 5ª CBMC visa integrar os processos de tomada de decisão do novo Plano Clima a fim de promover uma governança climática multissetorial, multinível, justa e inclusiva. **Este documento propõe eixos temáticos e valores que venham a estruturar o novo Plano Clima. E mais, o conjunto de organizações da CBMC seguirá atentando para informar sobre a distribuição de responsabilidades entre os diferentes atores sociais para a garantia de implementação do Plano, em parceria com governos subnacionais, sociedade civil, empresas e academia.**

Assim, as organizações correalizadoras, parceiras e apoiadoras da 5ª Conferência Brasileira de Mudança do Clima sugerem como diretrizes para a formulação do novo Plano Clima, os seguintes eixos e recomendações: **1. Sobre Justiça Climática, Direitos Humanos e Combate ao Racismo Ambiental, 2. Engajamento e participação social para a implementação, 3. Por uma aliança entre Clima e Sociobiodiversidade.**

1. Ver [climabrasil.org.br](http://climabrasil.org.br).

# Sobre Justiça Climática, Direitos Humanos e Combate ao Racismo Ambiental

**A**s mudanças climáticas apresentam desafios globais mesmo com tentativa de uma descarbonização acelerada até 2050. No entanto, é importante ressaltar que os impactos adversos da mudança do clima não são uniformemente distribuídos em todo o planeta. É evidente, em todos os setores e localidades, que os grupos e sistemas mais vulneráveis são os principais atingidos e os que correm maior perigo. O ano de 2023 no Brasil foi marcado por um aumento significativo de eventos climáticos extremos, evidenciando os efeitos negativos decorrentes da baixa capacidade de adaptação dos territórios. Essa situação não apenas revela a urgência de ações adaptativas e mitigadoras rápidas e efetivas, como também ressalta a necessidade imperativa de abordar a desigualdade estrutural que permeia a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a questão da adaptação às mudanças climáticas emerge como uma necessidade categórica, porém inseparável de uma análise profunda das disparidades sociais presentes no país<sup>2</sup>. São precisamente as mesmas

comunidades historicamente marginalizadas e relegadas às periferias urbanas que enfrentam de forma mais intensa os impactos adversos desses fenômenos climáticos. Diante desse panorama, a busca pela justiça climática no Brasil se entrelaça de maneira inextricável com a luta contínua contra o racismo estrutural, paridade de gênero, enfrentamento às desigualdades sociais e outras formas de discriminação.

Para implementar uma adaptação eficaz, é essencial promover uma adaptação justa, baseada nos princípios da justiça distributiva e processual, com foco na luta contra o racismo ambiental. Torna-se essencial, portanto, desagregar os dados, mapear de forma precisa as áreas de maior vulnerabilidade e integrar a política climática com uma variedade de outras políticas públicas, como as relacionadas à habitação, saneamento, segurança alimentar, transporte e outros serviços essenciais para o bem viver. A interconexão dessas áreas de intervenção é fundamental para garantir que os esforços de adaptação sejam abrangentes e atendam às populações mais afetadas pelas mudanças climáticas e suas consequências.

2. Instituto Ethos; Pacto Nacional Pelo Combate às Desigualdades, "Guia para empresas: como combater as desigualdades no Brasil", 2023.

## Engajamento e participação social para a implementação

**O** engajamento, a participação e a implementação eficaz de políticas climáticas são elementos cruciais na luta contra as mudanças climáticas. Para alcançar sucesso nesse campo, é fundamental promover uma governança multinível, envolvendo governos em diferentes níveis de jurisdição, desde municípios até governos estaduais e nacionais, para que possamos, em nível local, liderar esforços climáticos, compartilhando experiências e boas práticas com tempo de ação coerente à urgência da agenda.

A diversidade desempenha um papel vital na construção de soluções climáticas equitativas. É essencial priorizar filtros participativos que considerem gênero, raça, localidade e juventude. Isso garante que as políticas climáticas atendam às necessidades de todos os segmentos da sociedade. Além disso, a sociedade civil desempenha um papel fundamental, trazendo

perspectivas valiosas e pressionando por ações emergenciais e imediatas. Com isso é esperada a expansão da participação social em espaços formais constituídos, como conselhos representativos e fóruns em todos os níveis de governo, aliando e engajando a sociedade civil, gestores públicos, empresas e academia.

Para garantir o sucesso da agenda climática, é necessário que a governança do novo Plano Clima tenha em sua composição ênfase às demandas locais e aos diferentes biomas do país, e opere seguindo linguagem simples e direcionada, essencial para facilitar o engajamento da população, promovendo a acessibilidade. A agenda de todos deve ser construída sobre uma base comum, definindo o que é essencial para a preservação do clima, independente de posicionamentos políticos, e assegurando que todos estejam alinhados com os objetivos climáticos globais.

## Por uma aliança entre Clima e Sociobiodiversidade

**H**istoricamente, na agenda da concertação internacional, as temáticas climáticas são tratadas de maneira separada das discussões sobre biodiversidade e seus benefícios para a sociedade. Isto se demonstra efetivamente na realização de Conferências das Partes (COPs) independentes. De um lado, as Conferências de Clima, de outro lado as Conferências sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. Esta dicotomia também se expressa na escolha da divisão temática nos principais institutos de pesquisa científica internacionais, como a separação entre o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).

Este paradigma, da divisão formal entre os assuntos, tem sido questionada com o passar dos anos e, especialmente, com o estreitamento da janela de oportunidade para endereçamento da crise ecológica. A complexidade na formulação de respostas que estejam à altura do desafio posto pela mudança do clima postula a necessidade de novos arranjos. Para novas formulações, portanto, se faz necessário construir novas perguntas:

como organizar respostas para uma crise que é simultaneamente climática, ecológica e social? Entendemos que o caminho para esta resposta esteja na aliança entre diferentes maneiras de construção do conhecimento. Advogamos por uma aliança entre ciência e saberes tradicionais, de maneira que possam se complementar mutuamente e, então, garantir segurança humana e uma coexistência harmônica entre seres vivos. Ao mesmo tempo, se faz importante considerar o conceito de Soluções baseadas na Natureza (SbN), que, em sua definição, assume a relevância da composição interdisciplinar, multivocal e multifocal para entendermos, de fato, qual o impacto da mudança do clima para os diferentes modos de vida e os diferentes modos de habitar a Terra. O primeiro passo depende da capacidade de identificar os gargalos e direcionar investimentos públicos e privados, a partir de um léxico comum, inclusivo e acessível para todos. Por fim, esta nova aliança convida-nos a refletir sobre a relação entre comunidade internacional e comunidades locais e poderá oferecer novos caminhos para a redução da velocidade, da frequência, da escala e dos impactos da crise climática-ecológica-social.

### Ao assinar este documento, o signatário está:

- 1 De acordo com a abordagem de valores e princípios para estruturação e construção do novo Plano Clima;
- 2 Comprometido em direcionar esforços para a internalização dos mesmos eixos em sua conduta institucional.

### Nos próximos anos, a Conferência Brasileira de Mudança do Clima irá se debruçar sob os seguintes eixos:

- 1 Governança compartilhada entre o Plano Clima e Pacto Federativo para a coordenação multinível de políticas climáticas com apoio da sociedade civil e foco nas capacidades locais;
- 2 Definição de compromissos, atividades e metas para a concretização dos três eixos pelos diversos atores envolvidos na CBMC (governos subnacionais, empresas, sociedade civil e academia);
- 3 Construção e definição de melhores práticas alinhadas com a [Taxonomia Sustentável](#)<sup>3</sup> para direcionamento de ações prioritárias, investimento e previsão de orçamento para o enfrentamento da crise climática-ecológica-social.

Os eixos de atuação presentes neste documento são resultados diretos da construção anual promovida pela metodologia da 5ª CBMC em seus três grupos de trabalho e em oficinas temáticas.

Para efetividade na implementação do novo Plano Clima será preciso a constituição de uma governança participativa, justa e inclusiva para o direcionamento de esforços de adaptação e mitigação. A importância da justiça climática,

dos direitos humanos e do combate ao racismo ambiental é destacada, enfatizando a necessidade de políticas de adaptação que enderecem o enfrentamento às desigualdades sociais e promovam a inclusão de comunidades historicamente marginalizadas. No mais, uma aliança entre clima e sociobiodiversidade emerge como uma estratégia fundamental para abordar de forma integrada os desafios climáticos, ecológicos e sociais.

3. BRASIL. MFAZ - Ministério da Fazenda, "Taxonomia Sustentável Brasileira - Plano de ação para consulta pública", 2023.

O compromisso com esses valores e princípios é de extrema importância para a construção do novo Plano Clima. A CBMC se compromete a desdobrar esses eixos em compromissos concretos e sinalizar espaços para a participação social efetiva na construção e implementação de políticas públicas, além de mapear e comunicar sobre ferramentas e instrumentos financeiros, e de governança, que viabilizem a implementação das ações necessárias.

Pretende-se chamar atenção e estimular a divulgação e uso de mecanismos de financiamento públicos e privados, visando garantir a destinação adequada de recursos para iniciativas climáticas, ambientais e sociais. Além disso, é fundamental que a destinação de orçamento público seja realizada de forma apropriada e estratégica, consolidando assim uma governança íntegra, participativa, justa, inclusiva e compartilhada na busca de soluções comuns para as crises climática, ecológica e social.



## Referências Bibliográficas:

BRASIL. MFAZ - **Ministério da Fazenda, 2023. Taxonomia Sustentável Brasileira - Plano de ação para consulta pública.** Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/taxonomia-sustentavel-brasileira.pdf>>.

Conferência Brasileira de Mudança do Clima, 2019. **Declaração do Recife.** Disponível em: <[https://www.climabrasil.org.br/\\_files/ugd/54e532\\_6180f0ec670b4510b9a681db0fa28425.pdf](https://www.climabrasil.org.br/_files/ugd/54e532_6180f0ec670b4510b9a681db0fa28425.pdf)>. Acesso em: 23/10/2023.

Instituto Ethos; Pacto Nacional Pelo Combate às Desigualdades, 2023. **Guia para empresas: como combater as desigualdades no Brasil.** Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/instituto-ethos-lanca-o-guia-para-empresas-como-combater-as-desigualdades-no-brasil/>>.

IPBES, 2021. **IPBES-IPCC co-sponsored workshop: biodiversity and climate change.** United Kingdom.

IPCC. **Sixth Assessment Report, Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability.** Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>>. Acesso em: 18/10/2023.

IUCN, 2020. **Global Standard for Nature-based Solutions. A user-friendly framework for the verification, design and scaling up of NbS.** First edition. Gland, Switzerland: IUCN.

Pacto Federativo: municípios para a agenda 2030. São Paulo, 2022. **Diretrizes para o aprimoramento do federalismo no Brasil.** Disponível em: <<https://www.idsbrasil.org/noticias/a-revisao-do-pacto-federativo-e-necessaria-para-que-exista-governanca-democratica-no-brasil/>>. Acesso em: 23/10/2023.

Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos – **BPBES**, 2023. Disponível em: <<https://www.bpb.es.net.br/>>. Acesso em: 14/07/2023.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA  
DE MUDANÇA DO CLIMA

